

**Intervenção de Arménio Carlos**  
*Secretário-Geral*

Camaradas, amigas e amigos,

Saudamos os que hoje e aqui em frente da Assembleia da República, dão voz aos que não se resignam perante as injustiças e desigualdades, nem pactuam com a exploração e o empobrecimento a que, Orçamento após Orçamento, a política do Governo do PSD-CDS está a condenar o povo e o país.

Saudamos os milhares de trabalhadores que resistem e não desistem de lutar pelo emprego com direitos, por uma mais justa distribuição da riqueza, pelo direito à saúde, educação e segurança social, pela ruptura com a política de direita, por um Portugal de progresso e justiça social, e que ao participarem de forma activa nesta Marcha deram expressão ao descontentamento e à indignação contra uma política que persiste em atacar direitos, liberdades e garantias laborais e sociais.

Uma Marcha que no continente e nas Regiões Autónomas contou com um forte apoio popular na exigência da valorização dos trabalhadores, dos seus salários, das suas profissões e das suas carreiras profissionais; no direito ao trabalho e ao trabalho com direitos para todos os desempregados; na segurança no emprego e numa remuneração justa para os jovens, para garantir a permanência entre nós, daquela que é a geração mais qualificada de todas; no respeito pelos direitos dos idosos, também eles vítimas de uma política que não olha a meios para confiscar pensões a quem não tem outra forma de assegurar o seu rendimento.

Manifestamo-nos hoje com a mesma força e convicção como a que tivemos no dia 13 de Novembro, nessa importante e expressiva jornada de indignação, protesto e luta pela defesa da dignidade e a exigência de resposta aos problemas concretos, que em numerosos casos se traduziu em aumentos salariais, na assinatura de mais ACEP's para garantir as 35 horas em várias Câmaras Municipais, no combate à precariedade e na melhoria das condições de trabalho.

Este é mais um exemplo de que vale a pena lutar por aquilo a que se tem direito e se acredita.

A prová-lo está o facto do Provedor de Justiça ter dado provimento à queixa apresentada pela CGTP-IN contra o Governo, pela escandalosa utilização dos desempregados na ocupação de postos de trabalho permanentes nos serviços da Administração Pública e nas IPSS, a pretexto do chamado Programa "emprego-inserção". Esta é uma decisão que confirma a validade e a importância da luta e da solidariedade em defesa dos direitos de todos os trabalhadores, independentemente de terem ou não emprego.

Mas se a decisão foi importante, a concretização da mesma é determinante para pôr termo a esta vergonhosa exploração dos desempregados.

Assim, e por mais tentativas que o Governo faça para fugir ao cumprimento da decisão do Provedor, a CGTP-IN não abdicará da integração dos desempregados no quadro de efectivos dos respectivos serviços, por uma questão de moral e de justiça.

É com esta e outras medidas e não com as chamadas "políticas activas de emprego", usadas para mascarar e manipular o elevado índice de desemprego, que se dá resposta à necessidade de criação de emprego com direitos e à dinamização da economia.

A vida demonstrou e o tempo confirmou que por mais campanhas de *marketing* que o Governo faça, não consegue esconder que estamos perante uma política que faz da rapina aos rendimentos do trabalho e da brutal transferência da riqueza para os grandes grupos económicos e financeiros, a espinha dorsal de uma estratégia que dizima a produção, destrói e precariza o emprego, reduz os salários, esmaga a economia, ataca as Funções Sociais do Estado e asfixia a qualidade de vida dos trabalhadores e da generalidade da população.

É por isso que em dia de votação final do Orçamento de Estado, acusamos, rechaçamos e rejeitamos as medidas e a política deste Governo.

Acusamos o Governo do PSD-CDS porque defende um Orçamento que ataca os trabalhadores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado, assim como a generalidade da população para reduzir direitos e esvaziar as Funções Sociais do Estado, nomeadamente nas áreas da Saúde, Educação e Segurança Social.

Rechaçamos este Orçamento, porque transfere elevados montantes para PPP e SWAP ruinosas, ao mesmo tempo que acentua as desigualdades com cortes nas reformas e em todas as prestações sociais, onde nem o abono de família escapa.

Rejeitamos este Orçamento porque dá continuidade ao memorando da *troika* e vida ao Tratado Orçamental assinado pelo PS, PSD e CDS, que deixa o país mais pobre, mais endividado, mais periférico e a democracia e a soberania cada vez mais fragilizadas.

Por mais avassaladora que seja a campanha ideológica do Governo, é impossível fugir à condenação e rejeição da política de direita que grassa na sociedade e esconder que a política que impõem resulta de uma opção e não de inevitabilidades, e que o resultado da sua aplicação é a degradação das condições de vida e de trabalho da maioria para manter os privilégios de uma minoria.

Para eles, a política fiscal que defendem passa por ilibar os rendimentos do capital, para sobrecarregar quem trabalha e trabalhou, baixam o IRC para subir o IRS e criam a chamada *fiscalidade verde* para pôr todos a pagar por igual, como se todos fossem iguais nos rendimentos que auferem: o rico e o pobre, o desempregado e o grande accionista.

Falam na importância do Poder Local, mas asfixiam-no financeiramente e põem em causa a sua autonomia quando recorrem ao arbítrio e chantagem questionando acordos livremente assinados entre as autarquias e os sindicatos da CGTP-IN para a manutenção das 35 horas.

Advogam a *requalificação* dos trabalhadores da Administração Pública, mas ao invés de assegurarem os respectivos postos de trabalho, preparam um dos maiores despedimentos colectivos, não se furtando a recorrer ao *terrorismo psicológico* para conseguir os seus objectivos, através do corte de 60% do salário, deixando os funcionários públicos numa situação desesperante.

Por mais que tentem virar a população contra os trabalhadores, hoje é cada vez mais claro que a defesa dos direitos laborais de uns, é indissociável dos direitos sociais de todos.

Os trabalhadores sabem e a população sente, que com o corte de quase 10 mil milhões de euros nos salários dos trabalhadores da Administração Pública nos últimos 4 anos, a escola pública não ficou com mais qualidade, não temos melhores cuidados de saúde, não há maior protecção social, o acesso à justiça não está mais facilitado e o país não se desenvolveu.

Os trabalhadores do sector privado sabem e sentem que foram espoliados em mais de 7 mil milhões de euros nos seus rendimentos!

Os trabalhadores sabem e a população sente, que o dinheiro que o Governo diz não ter para os salários e pensões, não faltou para esbanjar primeiro no BPN e agora no BES, cujo valor já ultrapassa os 7 mil milhões de euros.

Por isso e ao contrário do que o Primeiro-ministro referiu na Assembleia da República, a reposição dos salários e pensões roubadas não é para se fazer a “conta-gotas”, mas para ser feita agora e de forma integral, porque se há quase 9 mil milhões de euros para pagar juros da dívida no próximo ano, também tem de haver dinheiro para pagar aquilo que devem aos trabalhadores da Administração Pública, que se esforçam todos os dias e em condições cada vez mais precárias, para prestigiar a sua função de prestação de serviços essenciais à população.

É tempo de dizer Basta!

Basta de mentiras, para darem cobertura à privatização de importantes empresas públicas que deixa o país refém dos grupos económicos, os trabalhadores com menos direitos e os utentes com serviços públicos mais caros e de inferior qualidade.

Basta de truques baixos, para fazerem despedimentos encapotados de *requalificação* e provas de avaliação humilhantes para os professores.

Basta de falsas inevitabilidades e chantagens, para favorecer o patronato nos bloqueios à contratação colectiva e fugir à aplicação das 35 horas aos trabalhadores da Administração Pública.

Basta de corrupção, seja dos vistos *gold*, ou do caso dos submarinos, punido na Alemanha e abafado em Portugal!

Basta de promiscuidade entre a política promovida por alguns e os grupos económicos e financeiros, que dão cobertura à fraude, à evasão fiscal e ao branqueamento de capitais.

Basta desta política e deste Governo, suportado por um Presidente da República que em vez de defender a CRP, se comporta como um dos seus maiores adversários, ao promulgar os sucessivos orçamentos feridos de inconstitucionalidades!

Este é um tempo que nos convoca a todos, homens e mulheres, a unir esforços e vontades pela afirmação dos valores e direitos de Abril, contra a coligação de interesses políticos, que na última semana levou deputados do PSD e do PS a apresentarem uma proposta para a reposição das subvenções vitalícias a antigos deputados, que só não foi aprovada devido à demonstração de indignação que se verificou a nível nacional.

Há alternativa!

O país tem futuro!

Para o construir, é urgente a renegociação da dívida, o fim do Tratado Orçamental e a afirmação de um projecto de desenvolvimento, que tenha no trabalho e na valorização dos trabalhadores, a alavanca do crescimento e no aumento da produção e na justa repartição da riqueza, os elementos essenciais do progresso.

Um futuro que garanta um forte sector empresarial do Estado como motor da economia, de desenvolvimento e de prestação de serviços públicos de qualidade.

Um futuro construído sob a égide da solidariedade, com os que mais têm a ser proporcionalmente tributados, acabando com os privilégios das SGPS e dos rendimentos drenados para os paraísos fiscais!

Um futuro que construímos todos os dias e que estará tanto mais próximo quanto consigamos intensificar a luta, incrementar a mobilização e o esclarecimento, elevar as acções de denúncia e o alcance da nossa proposta.

Uma luta que não pára, que se consolida e alarga a novos sectores e camadas da população.

Saudamos, por isso e de forma particular as inúmeras acções realizadas recentemente, como as dos Enfermeiros, da Soporcel, da Polícia Municipal, do sector ferroviário, assim como as que estão previstas, designadamente na SPDH e Portway, no Casino do Estoril, na EMEF, na Administração Local, na Função Pública (Instituto da Segurança Social), nos transportes colectivos de passageiros dos grupos ARRIVA e TRANSDEV, nos STCP, na PT, a Acção Pública da CGTP-IN “Direito a trabalhar com vida pessoal e familiar”, a reposição do feriado do dia 1 de Dezembro.

Uma luta que, partindo dos problemas concretos no local de trabalho, transfere a justa indignação e revolta, da esfera individual para a organização e mobilização colectiva, numa resposta que é fundamental para a elevação da consciência social daqueles que nela são envolvidos e que tem tido como resultado o esvaziamento da base social e eleitoral dos que hoje aprovam um Orçamento, rejeitado pela maioria dos que vivem e trabalham em Portugal.

Uma luta que a cada vitória, a cada etapa transposta, ergue novos objectivos, com redobrada confiança e com a necessidade de operar mudanças mais vastas, como o aprofundamento da democracia, nas suas múltiplas vertentes política, económica, social e cultural.

Uma luta que empreendemos com um objectivo – a demissão deste Governo e a convocação de eleições antecipadas, primeiro passo para a implementação de uma política alternativa, de esquerda e soberana.

**A LUTA CONTINUA!**

**VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES!**

**VIVA A CGTP-IN!**

**Lisboa, 25 de Novembro de 2014**